

IMAGEM E PATRIMONIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO: SALVADOR (BAHIA) E BORDEAUX EM PERSPECTIVA

VINCENT BERDOULAY

Laboratoire SET (UMR 5603)
CNRS & Université de Pau et des Pays de l'Adour (França)
vincent.berdoulay@univ-pau.fr

MARIA TEREZA DUARTE PAES

Departamento de Geografia
Universidade Estadual de Campinas
luchiari@ige.unicamp.br

RESUMO

A patrimonialização dos centros urbanos históricos utiliza e produz imagens a despeito de certas significações e funções sociais. Esse processo de redução narrativa é analisado a partir dos casos exemplares de Salvador (Bahia, Brasil) e de Bordeaux (França).

PALAVRAS-CHAVE: Patrimonialização. Imagem urbana. Centros históricos. Redução narrativa. Refuncionalização.

RÉSUMÉ

La patrimonialisation des centres urbains historiques utilise et produit des images au détriment de certaines significations et fonctions sociales. Ce processus de réduction narrative est analysé à partir des cas exemplaires de Salvador (Bahia, Brésil) et de Bordeaux (France).

MOTS-CLÉS : Patrimonialisation. Image urbaine. Centres historiques. Réduction narrative. Refonctionalisation.

ABSTRACT

Heritage making in historical city centers is using and producing images at the expense of a varying set of social meanings and functions. This process of narrative reduction is analysed through the study of the exemplary cases of Salvador (Bahia, Brazil) and Bordeaux (France).

KEY WORDS: Heritage making. City image. Historical city centers. Narrative reduction. Refunctionalization.

A patrimonialização de bens culturais urbanos, sobretudo das edificações históricas das áreas centrais, faz parte das políticas de imagem que as cidades contemporâneas adotam para atrair investimentos intermediados, em sua grande maioria, pela expansão das atividades turísticas. O marketing elaborado nesse processo repousa sobre três tipos de discursos principais (MEMOLI, 2006, p. 214-218): o discurso socioparticipativo, de programas e projetos que se estruturam pela reconquista do patrimônio cultural como estratégia identitária, e por práticas preocupadas com a inclusão social no uso do solo; o discurso arquitetônico-urbanístico, que toma a restauração e a valorização estética dos monumentos como preocupações centrais; e o discurso das políticas de imagem, baseado na construção dos dois discursos anteriores para a refuncionalização de centros históricos que ganham valor comercial e turístico a partir de uma ressignificação simbólica. Então, o estudo das estratégias de planejamento territorial que incorporam sítios históricos nos permite mapear as imagens e os discursos produzidos na seleção do patrimônio cultural a ser valorizado, que concerne, em primeiro lugar, à apropriação do espaço público das cidades.

A memória, materializada nos “lugares de memória”, é uma fonte inesgotável de ressemantização do espaço público, de reorganização dos territórios e de conflitos de interpretação na seleção do que virá a ser patrimonializado (BERDOULAY, 2008). O patrimônio cultural contribui para a produção de iconografias que são como um conjunto de símbolos variados, materiais ou abstratos, que exprimem as crenças e os valores de uma coletividade, e que revelam uma organização simbólica, seja a partir de suas dimensões socioculturais ou daquelas orientadas pela ideologia oficial.

O processo de patrimonialização é altamente seletivo (LUCHIARI, 2005, p. 97). Ele visa a eleger e incorporar uma significação à imagem urbana que está sendo promovida. Ela depende, então, de uma *mise en scène* do espaço público, sustentada por narrativas (ou tramas narrativas) que propõem ou salientam cenários particulares.

Neste artigo, nós tomamos o processo de patrimonialização como uma ação que pode conduzir a uma *redução narrativa*, geradora de novos problemas

urbanos relacionados à funcionalidade e à hegemonia de determinados usos sociais nas territorialidades desses centros históricos refuncionalizados. Dois exemplos emblemáticos de projetos de reabilitação de centros históricos serão utilizados como referências para esta reflexão: O Pelourinho, no centro histórico de Salvador, Bahia, Brasil, e o centro histórico de Bordeaux, na França.

As duas cidades possuem uma importância comparável quando nos referimos a cada uma em seu contexto nacional. Ambas foram objeto de ousados projetos de urbanismo relacionados à patrimonialização de seus centros históricos e conheceram alguns processos e efeitos análogos em seus arranjos socioespaciais. Contudo, é importante destacar que o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador privilegiou, até recentemente, o uso monofuncional do turismo no seu centro reabilitado, enquanto Bordeaux, ao contrário e desde o início, procurou elaborar uma política de revalorização das múltiplas funções da área central, o que nos possibilita uma reflexão importante sobre o papel das políticas de imagem e da apropriação dos espaços públicos a partir desses projetos de reabilitação urbana.

O PAPEL DA IMAGEM NO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR COMO PRODUTO TURÍSTICO

Considerado o maior conjunto arquitetônico colonial da América Latina, o Centro Histórico de Salvador, tombado pela UNESCO em 1985, foi objeto de um extenso programa de recuperação, iniciado em 1991, e vivenciou, ao longo dos últimos anos, inúmeras formas de intervenção urbana orientadas por planos e propostas dos governos local, estadual e federal, com o objetivo de proteger e valorizar o patrimônio histórico local.

No *Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador*, a arquitetura colonial, assim como a identidade cultural baiana e suas tradições associadas foram tomadas como importantes objetos para a produção de uma nova imagem e de um novo produto turístico, mais competitivo nos âmbitos nacional e internacional. O objetivo inicial foi desenvolver economicamente o Estado a partir do desenvolvimento do turismo, embora tal processo tenha intensificado a segregação socioespacial na área onde se deu a refuncionalização. A população do Pelourinho, sobretudo de pobres e negros, foi direta ou indiretamente expulsa, mudando completamente as características do lugar, conforme relata Vasconcelos (2003, p. 117):

A reação ao declínio da área do Pelourinho começou a se dar em 1975, com as primeiras restaurações e com a indicação, em 1985, do centro de Salvador como 'Patrimônio Histórico da Humanidade', pela UNESCO. A grande reforma, em andamento, teve seu início em 1993, com a inauguração de quatro etapas em 1994, correspondendo a 16 quarteirões, e a abertura de dois prédios de estacionamento. De fato trata-se de um processo parcial de gentrificação, com a implantação de estabelecimentos comerciais e de serviços, no que ficou conhecido como 'Shopping do Pelô', pela expulsão de 1.967 famílias, através de indenização. Os dados populacionais para o conjunto da freguesia refletem a saída da população: 11.630 habitantes (1970), 9.853 (1980), 6.645 (1991) e 3.924 (1996). Essa reforma transformou também o traçado da antiga cidade colonial, na medida em que antigos quintais foram transformados em praças, e tornou a própria área um parque temático colonial, correspondendo a uma 'disneylização' das cidades antigas, uma das referências principais da pós-modernidade.

Ainda em 2000, quando a sétima etapa do Programa já havia sido iniciada, a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia (CONDER), buscando alternativas para a remoção das famílias de moradores que ainda permaneciam na área, sobretudo ambulantes, lavadeiras e camelôs, oferece a elas um auxílio de realocação (no valor entre R\$ 1.500 e R\$ 3 mil) ou uma proposta de reassentamento em um conjunto habitacional localizado na periferia da cidade. Como a maioria dessa população possuía uma renda muito baixa, grande parte aceitou a proposta do Governo do Estado, restando apenas um grupo de 103 famílias que resolveu permanecer no local e lutar por seus direitos na justiça.

Enquanto isso, a apropriação turística da área ganha hegemonia nos usos e na produção de sua imagem. Sotratti (2005, p. 172) elabora uma carta demarcando os pontos atrativos que conduzem o fluxo turístico no Pelourinho, a partir de uma visão serial da paisagem. Essa pesquisa deixa claro que a estratégia de apropriação turística do Centro Histórico e a supervalorização estética de suas paisagens se sobrepõem ao lugar – espaço vivido cotidianamente pelos habitantes. As paisagens valorizadas, ou o conjunto de edificações que ganha prioridade para a restauração, funcionam como um mosaico de paisagens que obedecem à lógica do olhar turístico no fluxo previamente estabelecido; é desse modo que o casario recuperado, já na segunda etapa do Programa, localiza-se distante do Largo do Pelourinho, mas encontra-se ao alcance visual dele como um cartão postal (Figura 1). Segundo Sotratti (2005, p. 236):

Para analisarmos os fluxos turísticos é importante lembrar que o Programa de Recuperação foi baseado numa percepção contemplativa do cenário arquitetônico tendo como epicentro o largo do Pelourinho. Nesse sentido, a contemplação turística se dá através de eventos visuais seqüenciais, tendo como ponto máximo o cenário emblemático da praça que identifica o conjunto.

Nessa concepção, tais cenários ou paisagens, que se desejam inertes, não são considerados como constituintes das tramas sociais que neles ganham vida, mas reduzem-se à materialidade sobre a qual esses Projetos pensam ter o controle, sem se darem conta de que a apropriação social do espaço é, por definição, subversiva e sempre encontra formas de transgredir as normas racionalmente impostas.



Fonte: Castro (2000, p. 205).

Figura 1. Casario recuperado na 2ª Etapa do Programa.

Em sua pesquisa na área que cobre as sete etapas do Programa de Recuperação, Sotratti (2005) constata que as residências ocupam apenas 10% do uso dos imóveis, enquanto 36% deles destinam-se ao comércio e aos serviços turísticos. Nesse caso, os esforços do Estado da Bahia e a espetacularização da identidade africana como uma imagem a ser vendida tiveram um papel decisivo na sua refuncionalização turística. Por outro lado, é importante lembrar que, mesmo sob os imperativos dessa funcionalidade orientada para o turismo, territorialidades locais subvertem esse uso hegemônico do território, ou mes-

mo aproveitam as suas potencialidades, e impõem territorialidades imprevistas como a dos ambulantes, dos artesãos, das cabeleireiras afros que oferecem seu serviço informal nas ruas, das baianas que vendem acarajé, entre outros que sobrevivem nas brechas do controle do Programa oficial.

A elaboração e implantação do Programa, iniciado em 1992, compreenderam sete etapas de realização. A primeira fase, que vai até 1995, compreende a implantação de um centro comercial turístico próximo ao Pelourinho (SANT'ANNA, 2003, p. 47). Logo após as primeiras etapas, os imóveis recuperados foram ocupados pelo comércio, por atividades culturais e negócios ligados ao turismo. Entre as etapas que se seguiram, de 1996 e 1999, ficou claro que a simples turistificação do lugar, associada a um consumo de elite, não seria suficiente para a dinâmica econômica daquele espaço. Nesse momento, outras estratégias são buscadas visando à diversificação das atividades. Com auxílio do *Programa de Desenvolvimento do Turismo* (o PRODETUR), programa federal que conta com aportes financeiros do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), importantes recursos foram empregados nas obras do novo Centro Histórico, criando o que ficou conhecido como Quarteirão Cultural, um conjunto de equipamentos culturais variados que objetivou diversificar o público de visitantes.

Atualmente, observa-se uma mudança nas concepções que orientaram as primeiras etapas do Programa, sobretudo relativas à manutenção da população local. Essa mudança pode ser advinda da própria publicidade negativa do Programa, dos problemas oriundos do esvaziamento da área ou mesmo de pressões ou auxílios externos, como a cooperação do Governo Francês no que concerne à habitação social, os auxílios ou orientações do Ministério das Cidades, do Programa Monumenta, ou mesmo o convênio firmado entre o Governo do Estado e a Caixa Econômica Federal, já a partir de 1999, com o objetivo de recuperar e reabilitar imóveis para fins habitacionais com a participação de investimentos privados financiados pela Caixa Econômica Federal.

Com o objetivo de implementar um *Plano de Reabilitação Integrado Participativo do Centro Antigo de Salvador*, foi assinado, em dezembro de 2007, um Acordo de Cooperação Técnica entre a Prefeitura de Salvador, o Governo do Estado da Bahia, os Ministérios das Cidades, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Cultura e do Turismo, e ainda a Secretaria Especial de Portos da

Presidência da República e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Essa nova concepção visa a uma coordenação mais integrada entre as múltiplas intervenções e projetos para a área por meio do estabelecimento de um plano de ações unificado para o centro antigo de Salvador.

Só recentemente, a partir da sétima fase do Programa de Reabilitação do Pelourinho, a preocupação com a permanência da população que sobreviveu ao processo aparece como uma das prioridades, após a constatação de que a dinâmica dos centros históricos está visceralmente marcada pela presença de suas populações, por mais que o turismo seja ativo nessas áreas (FISCHER, 1997; SANT'ANNA, 2003; GOMES e FERNANDES, 1995).

A realização da sétima etapa do programa conta também com financiamentos advindos do *Programa Monumenta*, obrigando a reformulação do projeto segundo os critérios exigidos pelo programa federal. O Programa Monumenta é um programa de reabilitação de sítios históricos tombados pelo Instituto do Patrimônio Artístico Nacional, sob tutela federal, que visa à recuperação do patrimônio cultural e conta com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, repassados aos municípios inscritos através do Regulamento Operativo do Programa. A sétima etapa do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador é uma das prioridades do Programa Monumenta, do Ministério da Cultura. Concentrada em área mais externa do Centro Histórico e fora dos limites do centro turístico, essa etapa permitirá usos mistos e residenciais, além do restauro integral de alguns imóveis importantes e a construção de equipamentos urbanos funcionais, como estacionamentos (SANT'ANNA, 2003, p. 50).

Segundo Sant'Anna (2003), essa etapa rompe com o modelo paternalista e centralizador empregado nas etapas anteriores, uma vez que o novo sistema exige que a administração dos imóveis recuperados seja de responsabilidade dos proprietários e de fundos especiais, criados para a manutenção e a sustentabilidade financeira da intervenção.

A possibilidade de equilibrar e integrar usos sociais à recuperação do patrimônio cultural consistirá numa nova forma de intervenção em áreas de importância histórica e cultural, bem como numa reavaliação dos processos de requalificação urbana, superando a concepção reducionista da espetacularização e cenarização da cultura e de sua memória para a dinamização da economia.

Cabe lembrar que o Centro sempre foi rico em espaços públicos, passíveis de serem apropriados por diferentes manifestações culturais, políticas e lúdicas. É importante não perder de vista essa característica ao transformar os seus atrativos em bens acessíveis apenas por meio da comercialização, como ocorre na maior parte dos lugares turísticos. A subversão do caráter público dos bens tombados reforça as estratégias de exclusão social do consumo cultural (PAES-LUCHIARI, 2006, p. 58).

PATRIMÔNIO, IMAGEM E ESPAÇO PÚBLICO EM BORDEAUX

Como em Salvador, o Centro Histórico de Bordeaux foi tombado como Patrimônio Mundial pela UNESCO, porém, mais recente, em 2007. Esse tombamento refere-se a uma área de abrangência muito ampla e foi realizado considerando a excepcionalidade do conjunto urbano preservado (Figura 2). É a primeira vez que a UNESCO classificou uma superfície tão grande e complexa: ela inclui o centro da cidade, tombado desde longa data pelo Estado francês, e a área total se estende sobre 1.810 ha, ou seja, 42,4 % da superfície da município. Além disso, essa área é cercada de uma vasta “zona de atenção patrimonial” referente à parte mais essencial da cidade (tal como ela era no início do século XX). A regulamentação e a definição dos dois perímetros apóiam-se sobre o plano local de urbanismo a fim de conferir coerência e força ao projeto patrimonial. Esse conjunto é testemunha não somente da riqueza patrimonial da cidade, mas, sobretudo, da intencionalidade e do projeto de preservar o patrimônio dentro de um contexto de multifuncionalidade (econômica, social, política e residencial). Assim, Bordeaux fornece um exemplo recente de um grande projeto de planejamento onde o patrimônio cultural e arquitetônico e uma política de mudança de imagem foram fortemente mobilizados sem, contudo, terem sido projetados para a atratividade turística (GODIER e TAPIE, 2004). Fica claro que o projeto urbanístico deve servir para fazer uma *mise en scène* de uma cidade que é atrativa e economicamente dinâmica, e também de uma cidade que tem qualidade de vida para os residentes da área tombada e para os habitantes de Bordeaux em geral.

Ainda que integrado em um abrangente projeto urbano, as diversas intervenções são realizadas segundo escalas e objetivos diferentes, mobilizando uma vasta gama de atores. Projetadas ao mesmo tempo com um remanejamento importante do sistema de transportes e de circulação na escala da aglomeração urbana, essas intervenções proporcionaram a oportunidade de realizar profun-

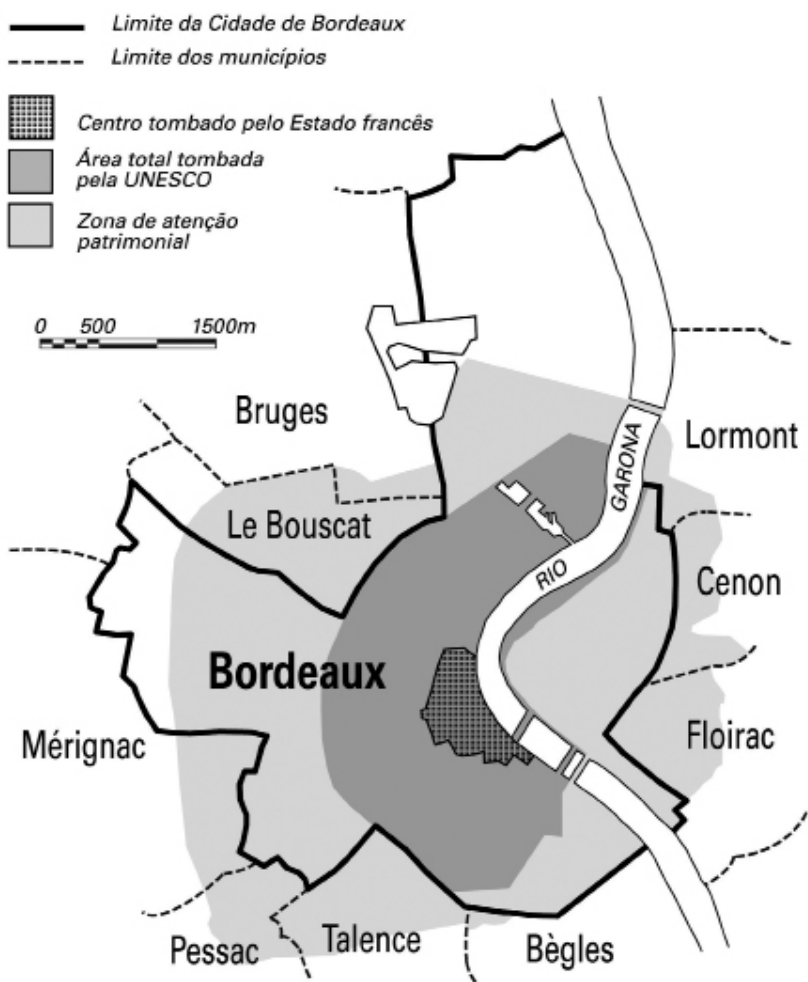


Figura 2. Zonas patrimonializadas de Bordeaux

das transformações no espaço público. As reformas da morfologia desse espaço caracterizam-se pelo cuidado com o qual elas foram realizadas; mesmo a preocupação com os mínimos detalhes é remarcável. A preocupação em incorporar paisagistas de grande renome ao projeto (como o de C. e M. Corajoud, para as margens do rio) foi privilegiada. Nós ficamos impressionados pela qualidade na escolha das cores e dos materiais, pelo ordenamento das texturas e das formas, pela concepção das molduras das cornijas, pela preferência em relação aos vegetais, pelos

contrastes de sombra e luz etc. Deixamo-nos impressionar também pelo fato de que essa qualidade pode se exprimir mesmo em relação às intervenções mais discretas, de tamanho mais reduzido. Essas mudanças, se elas concorrem para mudanças de imagem da cidade, correspondem também a um urbanismo que coloca o cidadão, o usuário e notadamente o habitante do bairro (ainda que não exclusivamente), no centro de suas preocupações. Diversos programas de estímulo ao desenvolvimento de pequenas empresas artesanais e habitações sociais acompanharam esse grande projeto urbanístico. De maneira geral, a patrimonialização de bens culturais urbanos se faz por intermédio do planejamento do espaço público que combina uma multiplicidade de funções e de objetivos. Por exemplo, a Praça Pey-Berland, que já tem imperativos turísticos pela presença da Catedral de Saint-André e da Torre Pey-Berland, bens atrativos enquanto representativos do patrimônio medieval, foi planejada a partir de um dispositivo espacial complexo. Ele é baseado em uma cenografia que consiste em um hábil e sutil jogo de contrastes de formas, de luminosidade e de subespaços. Assim, ele visa incorporar esse patrimônio de valor turístico, mas também religioso e cultural, a uma multiplicidade de outros usos: contato entre diferentes bairros, passagens para os pedestres e para um bonde elétrico, acesso a serviços administrativos, culturais ou comerciais, lazer e distração para todas as idades etc.

A imagem da cidade se constrói, assim, com a recuperação de um patrimônio que, pelo seu esplendor, a distingue de outras metrópoles. A imagem deve também passar a idéia de que, em Bordeaux, a qualidade de vida faz eco à qualidade da morfologia urbana. Então, essa estratégia de comunicação se apóia sobre uma seleção relativamente precisa dos tipos de espaços públicos que serão objeto de *mises en scène* privilegiadas. Mas sobre quais discursos, ou narrativas, eles são fundados? Os cenários propostos podem satisfazer, ao mesmo tempo, o habitante, o homem de negócios e o turista?

De fato, nós constatamos, no seio dessa estratégia de imagem, o mesmo processo de redução narrativa que teve lugar em outras cidades que têm objetivos similares. E talvez, mesmo de forma mais acentuada, em alguns aspectos. Pelo discurso e pelo planejamento, Bordeaux apresenta-se sob o ângulo do esplendor que ela tinha no século XVIII. Nessa época, a cidade, aberta ao mundo graças a seu porto e a sua já renomada produção de vinho, embelezou-se com um patrimônio arquitetural e monumental efetivamente notável. O Grande Teatro e seu entorno (o “Triangle”), e principalmente o alinhamento da fachada

da dos edifícios que, como um cartão postal, constitui uma paisagem homogênea ao longo do cais, servem para fornecer esse aspecto da imagem – embora essa mesma valorização seja feita em detrimento de outros bens patrimoniais e turísticos da cidade. Esse processo de seleção se faz de duas formas.

Primeiramente, o patrimônio relativo ao século XVIII é colocado em destaque em todo lugar onde ele é identificável, encobrendo um pouco o interesse por edifícios originados em outros períodos, mas, ainda assim, desestabilizando a imagem tradicional de um bairro. O componente medieval de certos setores encontra-se, muitas vezes, marginalizado ou simplesmente confinado em algumas edificações. É esse o caso do setor da Praça Pey-Berland, onde a Catedral e a Torre figuram isoladas em um conjunto arquitetural posterior. Outro exemplo é a fachada do cais, celebrada como um notável conjunto do século XVIII, embora uma boa parte de suas edificações datem do século XIX.

Em seguida, outros bens patrimoniais são pura e simplesmente rejeitados ou, algumas vezes, destruídos. Todavia, a longa história de Bordeaux deixou interessantes traços na morfologia da cidade. Parece existir, notadamente, uma certa intencionalidade que faz desaparecer a herança do século XIX e uma boa parte do século XX. Os terraços e quase todos os hangares que acompanhavam o cais na margem esquerda do rio Garona foram destruídos por serem considerados como “verrugas arquiteturais” que escondiam a beleza das fachadas do século XVIII. À altura do bairro Les Chartrons, a cenarização do cais, submetendo-se à moda contemporânea, não faz referência ao importante comércio de vinhos realizado a partir desse lugar. Outro exemplo, ainda mais espetacular, é o planejamento da margem direita do rio que aniquilou completamente – pela destruição e substituição das habitações proletárias por habitações para as classes ricas – o passado industrial e popular dos bairros que se desenvolveram entre os séculos XIX e XX.

Uma narrativa que foi submetida a uma tal redução em relação à complexidade histórica e social empobrece a imagem da cidade que é projetada para os seus habitantes, assim como para os turistas. Inúmeras disjunções e dissonâncias resultam disso. Essa é uma das fontes dos debates que animam a vida pública bordalesa em relação aos conflitos do planejamento ligados à patrimonialização do centro histórico (DEGREMONT, 2000).

Mas nós constatamos, ao mesmo tempo, uma lenta reapropriação dos espaços públicos assim modificados. Há como que um transbordamento, uma

forma de contornar a narrativa imposta em proveito dos cenários que utilizam significações que não podem ser completamente descartadas ou que resultam de novos usos provocados pelo planejamento. Para retomar o exemplo da Praça Pey-Berland, os turistas vêm visitar a catedral ao mesmo tempo em que os bordaleses – quer eles sejam do bairro, simples transeuntes entre dois meios de transportes, pessoas a passeio ou crianças que fazem sua recreação – não fazem mais do que utilizar, como cidadãos em um momento dado, as potencialidades desse espaço público multifuncional. Outro exemplo: o planejamento do cais na margem esquerda do rio, rica em cenários do século XVIII, oferece um vasto espaço de passeio e permite aos habitantes elaborarem novas práticas de frequênciação e de lazer no coração da cidade. Reciprocamente, essa apropriação diferente da cidade contribui para modificar não somente a imagem do centro da cidade, mas também a imagem que os habitantes tinham deles mesmos.

Contudo, o aumento do turismo poderá, no futuro, turvar essa evolução atual. De fato, o sucesso da política de imagem e as realizações urbanísticas a ela relacionadas poderão atrair um grande fluxo de turistas. As atuais pesquisas de opinião mostram que, entre as cidades francesas, Bordeaux é citada como uma das destinações julgadas prioritárias depois de Paris. Após esse projeto de recuperação urbana, os fluxos turísticos que não eram expressivos começaram a crescer rapidamente. A cidade registrou um aumento oficial de 9 % de visitantes (632.420 em 2006 contra 580.853 em 2005), constituídos por 60 % de franceses e 40 % de estrangeiros. No total, as estimativas de turistas que passam em Bordeaux, ao menos por um dia, situam-se em torno de 2,5 milhões em 2006, e a tendência de crescimento se confirma. Fato significativo, o turismo de negócios, mesmo existindo uma tendência de que sua porcentagem abaixe, representa um componente importante do fluxo de turistas. Essa é uma consequência da política de imagem da cidade de Bordeaux, que não pretendia fundar seu desenvolvimento econômico sobre o turismo de massa. O turismo aparece aqui quase como um efeito colateral pouco antecipado e certamente não estruturante da política de patrimonialização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ideologias são constitutivas da vida social, mas podem ser também consideradas como práticas empregadas nas decisões do planejamento do território, em suas diversas escalas, por meio de representações, de signos e significados

que mobilizam o imaginário social na produção do espaço. Assim, os efeitos potencializadores do turismo permitem-nos compreender melhor a valorização do patrimônio no planejamento do território e renovar a concepção de espaço geográfico como portador de representações, de imaginário social e de tramas narrativas que o estruturam.

Em ambos os casos analisados, a seleção do patrimônio cultural a ser preservado e refuncionalizado, eleito como uma marca para recriar a imagem dessas cidades, exclui a diversidade da memória de outras identidades culturais que não contribuiriam para a produção de uma imagem de riqueza, opulência, beleza, prestígio, entre outros atributos que conferem, segundo os especialistas em planejamento e marketing, positividade à imagem dessas cidades. No caso de Salvador, onde a cultura africana e a arquitetura colonial são tomadas como referências, ocorre uma estetização dos traços culturais, dos bens ou artefatos a serem preservados.

Esse tipo de reabilitação centra esforços na valorização estética das paisagens e da cultura para atrair capital, prestígio e mais competitividade a essas cidades, considerando a dinamização do turismo e a incorporação do patrimônio histórico e arquitetônico como estratégias importantes na produção do espaço. Em inúmeros casos, esse processo homogeneiza as imagens em detrimento de identidades culturais variadas que convivem no espaço público urbano. O espaço público assim concebido orienta o olhar, reduz as narrativas e elimina a diversidade de símbolos e signos culturais que coexistem nas cidades.

Nós vimos que essa seleção dos sentidos que a cidade pode representar é também levada a efeito pela manipulação de suas formas e de seus usos: em Salvador ocorreu a expulsão da maioria dos habitantes do Pelourinho. Só recentemente a concepção dos programas de recuperação do patrimônio cultural incorporou a idéia de conservar um mínimo de população residente. Em Bordeaux, a patrimonialização teve um efeito de gentrificação a despeito da população mais antiga; mas esse fenômeno foi levado em consideração logo no início do projeto e foi objeto de medidas paliativas para atenuar a sua extensão e os seus efeitos.

Porém, o que é ainda mais interessante no caso de Bordeaux é que os efeitos da segregação social que acompanham a revalorização patrimonial de alguns bairros e a redução narrativa devido à política de imagem da municipalidade foram, em parte, compensadas pela dinâmica social que permitiu uma patri-

monialização inscrita dentro de um projeto de planejamento complexo, que age sobre um meio caracterizado pela diversidade e por múltiplos usos sociais.

A partir desses dois exemplos podemos afirmar que o processo de patrimonialização de centros históricos deve se inscrever dentro de uma abordagem de planejamento mais abrangente e integrado. A promoção de uma imagem simplificada da cidade, de uma trama narrativa redutora, reduz também as possibilidades de sua apropriação pela população, quer seja moradora ou turista, impedindo um livre curso para os cenários múltiplos. A patrimonialização e o planejamento devem preservar a liberdade das construções narrativas dos habitantes, privilegiando-as como os cenários possíveis da cidade. Essa apropriação é uma dimensão essencial do sucesso das políticas de imagem e de patrimonialização de bens culturais.

REFERÊNCIAS

- BERDOULAY, Vincent. Lieux de mémoire et aménagement. In: GILBERT, Anne; BOCK, Michel; THERIAULT, Joseph Yvon. (Org.). *Entre lieux et mémoire* : L'inscription de la francophonie canadienne dans la durée. Ottawa: Presses de l'Université d'Ottawa, 2008. (No prelo). Paginação ainda não disponível.
- CASTRO, Maria Adriana A. de C. de. O Programa de Recuperação. In: COLTO, Adriana Almeida; CARDOSO, Luiz Antonio Fernandes. *Centro Histórico de Salvador – Bahia*: Patrimônio Mundial. São Paulo: Horizonte Geográfico/UNESCO, 2000.
- DEGREMONT, Isabelle. Une année d'aménagement du patrimoine à Bordeaux : entre mise en scène et mise en débat. *Sud-Ouest Européen*, n. 8, p. 65-73, mai/ago, 2000.
- FICHER, Tânia et al. Centro Histórico de Salvador: a gestão em parceria de novos tempos e novos espaços. In: FISCHER, Tânia (Org.). *Gestão contemporânea*: cidades, estratégias e organizações locais. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- GODIER, Patrice; TAPIE, Guy. *Recomposer la ville* : mutations bordelaises. Paris: L'Harmattan, 2004.
- GOMES, Marco Aurélio A. de Figueiras; FERNANDES, Ana. Pelourinho: turismo, identidade e consumo cultural. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Figueiras (Org.). *Pelô Pelô*: história, cultura e cidade. Salvador: Editora UFBA/FAU, 1995. P. 47-58.
- PAES-LUCHIARI, Maria Tereza Duarte. A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. *GEOSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 17, p. 95-105, 2005.
- _____. Patrimônio cultural: uso público e privatização do espaço urbano. *Geografia*, Rio Claro, v. 31, n. 01, p. 47-60, jan/abr, 2006.
- MEMOLI, Maurizio. Centres historiques : idées et politiques. In: RIVIÈRE D'ARC, Hélène;

MEMOLI, Maurizio (Org.). *Le pari urbain en Amérique Latine – vivre dans le centre des Villes*. Paris: Armand Colin, 2006. P. 213-218.

SANT'ANNA, Márcia. A Recuperação do Centro Histórico de Salvador: Origens, Sentidos e Resultados. *RUA – Revista de Arquitetura e Urbanismo*, Salvador, n. 8, p. 8-59, 2003.

SOTRATTI, Marcelo Antonio. *Pelas ladeiras do Pelô: A requalificação urbana como afirmação de um produto turístico*. 2005. 354 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A cidade alta de Savador: de cidade colonial a 'centro histórico pós-moderno'. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges de (Org.). *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003. P. 110-118.

Recebido em: 13/01/2008

Aceito em: 06/05/2008